

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD



Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Eg. Tribunal de  
Justiça do Distrito Federal e Territórios

**URGENTE**

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

SERPET

27/12/2012

15:24:06

**31682**



DISTRITO FEDERAL, por meio de seu Procurador *in fine* assinado, em razão de decisão proferida pela 7ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal nos autos do processo nº 2012.01.1.195297-2, em que figura como parte autora a empresa VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA., vem, respeitosamente, perante V. Exª., com fundamento no art. 522 do CPC, interpor

**AGRAVO DE INSTRUMENTO**  
**com pedido urgente de efeito suspensivo**

pelas razões adiante expostas, esclarecendo, desde já, que na forma do art. 525 do CPC, instrui o presente recurso com cópias das peças obrigatórias autênticas dos autos do processo original essenciais à compreensão da controvérsia, além do comprovante de intimação da decisão e das Atas da Comissão de Licitação que seguem em anexo.

48  
2

almejavam concorrer, estando todas elas cientes de que a opção-e adjudicação de um lote/bacia em seu favor a excluiria do certame para concorrer para os demais lotes.

Na data atual, os lotes/bacias 5 e 2 já possuem licitantes regularmente habilitados e já foram objeto de adjudicação (documentos anexos), remanescendo apenas os lotes 1, 3 e 4. Para estes lotes não existem mais licitantes habilitados, o que possibilitará à Comissão Licitante a publicação de novo edital de convocação de novos licitantes para participar desses lotes remanescentes.

Essa é a fase atual do procedimento licitatório, de maneira que a decisão agravada, ainda que por vias transversas, acaba por permitir que só uma empresa (a agravada) tenha a possibilidade de concorrer aos lotes remanescentes, ainda que em consórcio com outra, podendo apresentar novos documentos a fim de vir a ser considerada habilitada.

É que, como dito, a parte dispositiva da decisão ora impugnada impôs ao Distrito Federal a obrigação de receber os documentos de habilitação da agravada por meio da formação de consórcio com a Viação Satélite Ltda. ou outra empresa desconhecida.

Ocorre que, considerando a fase em que se encontra o procedimento licitatório, a agravada terá uma nova oportunidade para apresentar tais documentos, já que, como afirmado anteriormente, será feita uma nova convocação de empresas para concorrer aos lotes 1, 3 e 4, momento em que a empresa recorrida

864  
poderá apresentar os seus documentos de habilitação na condição de consórcio, exatamente como consignado na decisão recorrida.

Em outras palavras, não é necessário suspender o procedimento licitatório para que a empresa agravada tenha nova oportunidade de apresentar documentos de habilitação em consórcio, pois ela terá essa oportunidade independentemente da decisão judicial em exame.

Dessa feita, não é necessária nem legítima a suspensão do procedimento licitatório, afigurando-se, assim, totalmente desarrazoado o pronunciamento judicial ora objeto de impugnação.

Além disso, se essa decisão for levada a feito, os princípios da isonomia e da livre concorrência estarão sendo solenemente violados, pois, como já ressaltado, a agravada não terá qualquer concorrente para o certame e, já sabendo dessa situação, poderá praticar o preço que quiser, já que, repita-se, não terá concorrente algum.

Nesse diapasão, é de se concluir também que tal decisão é totalmente contrária ao interesse público e certamente trará imenso prejuízo para a população do Distrito Federal usuária do serviço de transporte público coletivo, pois será obrigada a submeter-se ao jugo do poder econômico que imporá o preço de tarifa a seu bel-prazer, além de impedir o Poder Público de dar prosseguimento

90  
à Concorrência, abrindo a outras empresas a possibilidade de concorrerem aos lotes remanescentes.

Em conclusão, impõe-se a cassação da decisão recorrida,

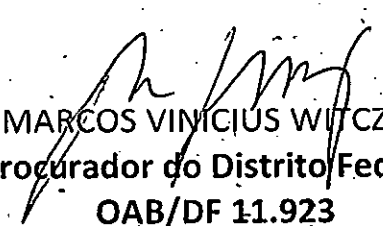
- (i) Pela manifesta ilegitimidade ativa da agravada, em pleitear tutela em nome próprio em favor de outra empresa;
- (ii) pela violação aos princípios basilares da licitação, na medida em que **determina a reabertura de fase já encerrada no certame em que a agravada foi considerada inabilitada** pelo fato incontroverso de não atender aos requisitos do Edital, em detrimento de todas as demais empresas que tenham interesse de participar na nova convocação para a Concorrência;
- (iii) pelos imensos prejuízos causados pela paralisação do certame e pela violação ao princípio da ampla concorrência e da isonomia, já que possibilita à agravada **participar sozinha da disputa pelos lotes remanescentes**, já que não há outra licitante habilitada;
- (iv) pela ausência do *periculum in mora inverso*, já que a empresa agravada **terá nova oportunidade de apresentar os documentos de habilitação em consórcio** e poderá concorrer em pé de igualdade com os demais licitantes com a nova oferta dos lotes remanescentes;
- (v) e, por fim, diante do inegável e grave prejuízo à população do Distrito Federal (que poderá estar sujeita à tarifa de ônibus excessivamente alta) e ferirá de morte os princípios da isonomia e da livre concorrência.

**6. DO PEDIDO**

Em face do exposto, requer o Distrito Federal que o presente Agravo de Instrumento seja recebido com efeito suspensivo para sustar a eficácia da decisão agravada, até o julgamento do recurso, o qual, ao final, haverá de ser provido para reformar a decisão agravada e assim permitir o regular prosseguimento da Concorrência Pública nº 01/2011-ST.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 27 de dezembro de 2012.

  
MARCOS VINICIUS WITCZAK  
Procurador do Distrito Federal  
OAB/DF 11.923

Informa desde logo que figuram como advogado da agravada o Dr. Andre Puppim Macedo, inscrito na OAB/DF sob o nº 12.004 com endereço profissional no SHS, Edifício Business Center Park Brasil XXI, Bloco E, Sls 1123/1125, Brasília, DF.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 27 de dezembro de 2012.

**MARCOS VINÍCIUS WITCZAK**  
**Procurador do Distrito Federal**  
**OAB/DF 11.923**

93  
7

**RAZÕES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Eminente Relator,  
Colenda Turma,**

**1. BREVE RESUMO DOS FATOS**

A empresa VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA ingressou com ação sob o rito ordinário com pedido de tutela antecipada com o objetivo de ser considerada habilitada na Concorrência Pública nº 01/2011-ST, que consiste no procedimento de licitação organizado para concessão da prestação e exploração do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

Esclarece que foi inabilitada no certame por descumprimento ao subitem 21.4.1.1.1.2 do Edital, por não ter apresentado atestado de capacidade técnica acerca da sua condição de prestadora de serviço público, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros.

Argumenta que apresentou Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela própria Secretaria de Transportes do Distrito Federal (em verdade pelo DFTRANS – operador do Sistema de Transportes), o qual, porém, foi objeto de impugnação por outras licitantes tendo em vista que, em relação ao número de passageiros

12 94  
2

transportados, não coincidia com os dados apresentados no Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

Informa que ao apreciar os recursos, as autoridades constataram que de fato o Atestado continha erro material, o que motivou a expedição de novo Atestado pelo DFTRANS, no qual foi reduzido o número de passageiros transportados de 1.793.500 para 1.421.988 passageiros/mês de fevereiro a julho de 2011.

Essa circunstância fez com que a empresa fosse inabilitada no certame, tendo em vista que o Atestado que corresponde aos dados reais do serviço de transporte prestado pela parte autora não atende aos números mínimos necessários para operar nos lotes em que intentou concorrer.

A empresa argumentou que foi induzida em erro pela própria Secretaria de Transportes, o que a fez crer que atendia os requisitos do Edital.

Alega que se tivesse ciência do empecilho teria somado forças com a Viação Satélite Ltda., que possui a mesma composição societária, para juntas, em consórcio, comprovarem capacidade técnica bastante para participarem do certame.

Diante desse quadro, requereu decisão judicial para considerá-la habilitada no certame, assegurando a abertura da sua proposta financeira em especial para o Lote 3.



Após emenda à inicial, requereu lhe fosse assegurada a possibilidade de participar da Concorrência "EM CONSÓRCIO COM OUTRA EMPRESA", sem especificar ou identificar a outra empresa participante, e autorizando que complementasse a documentação necessária à habilitação (fl. 220).

## 2. A DECISÃO AGRAVADA

Diante dos argumentos apresentados pela parte autora, o MM. Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública proferiu decisão deferindo o pedido alternativo formulado na emenda à inicial reabrindo a possibilidade de participação da agravada no certame em consórcio com outra empresa, nos termos a seguir expostos.

A permanência da empresa autora no certame foi rechaçada, já que ela própria reconhece de forma incontroversa que não atende ao número médio mínimo de passageiros transportados exigidos pelo Anexo II do Edital para concorrer aos lotes nºs 01,03 e 04 da Licitação.

Contudo, acolheu-se o pedido alternativo para conceder a antecipação de tutela para abrir à autora a possibilidade de participar da licitação na modalidade de Consórcio com outra empresa, ficando assim redigido o dispositivo da decisão ora agravada:

90  
"DEFIRO A LIMINAR, para determinar ao Distrito Federal, a designação de data, não inferior a 05 (cinco) dias, contados da ciência desta decisão, através do Diário da Justiça, também pela autora, para oportunizar à esta, a autora, apresentar a documentação visando a sua habilitação na Concorrência nº 01/2011-ST, na modalidade de consórcio, dos lotes 01, 03 e 04, ficando suspensa a tramitação do processo licitatório desses-itens, até o julgamento da habilitação da autora, acaso ofertada no prazo determinado."

Vê-se, assim, que a decisão judicial ora impugnada determinou a reabertura da fase de habilitação à empresa agravada, a fim de que possa ingressar no certame em consórcio com outra empresa para o atendimento dos requisitos exigidos pelo-Edital.

A decisão assim proferida, com a devida vênia, é manifestamente contrária aos princípios que regem o procedimento licitatório, além de causar grave prejuízo ao interesse público, como se verá adiante, modo porque a urgência na sua revisão justifica a interposição do presente Agravo de Instrumento.

### **3. DA ILEGITIMIDADE ATIVA DA AGRAVADA**

Ainda que estejamos em sede de agravo de instrumento, Vossa Excelência pode – e deve – reconhecer que a ação proposta no primeiro grau não merece prosseguimento, uma vez que

ausente uma das principais condições da ação, qual seja, a legitimidade de parte.

Explica-se:

Na origem, a ação foi proposta pela empresa Viação Cidade Brasília Ltda., mas a sua pretensão repercutirá diretamente também na esfera jurídica de outra empresa, qual seja, Viação Satélite Ltda ou outra que venha a se apresentar como consorciada da agravada.

Isto quer dizer que a relação jurídica deduzida em juízo retrata uma verdade inafastável: existência de litisconsórcio ativo necessário, uma vez que a empresa Viação Satélite Ltda. ou outra empresa que pretenda ser alcançada pela tutela judicial também deve participar da demanda, já que a pretensão se volta em seu favor.

Em outras palavras, a legitimação autoral somente estaria completa se, ao lado da Viação Cidade Brasília Ltda., também estivesse a empresa Viação Satélite Ltda. por ela mencionada expressamente na inicial – o que não ocorreu na origem –, tendo em vista que, em decorrência da relação jurídica de direito material narrada em juízo, sobressair-se o imperativo de formação de litisconsórcio ativo necessário.

Nessa perspectiva, é inegável a ilegitimidade da empresa agravada para figurar no polo ativo na demanda proposta na

origem de forma isolada, razão pela qual o feito deve ser extinto sem exame do mérito, com fulcro no art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

#### **4. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PELO EDITAL – Ausência de Boa-fé da empresa Agravada**

No tocante à qualificação técnica, o Edital da Concorrência exige que as licitantes apresentem atestados para comprovar a prestação de serviço público de transporte público coletivo compatível com o objeto da licitação:

##### **21.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

21.4.1 - A documentação relativa à qualificação técnica, no tocante à demonstração de experiência, consiste em:

21.4.1.1 - A **LICITANTE** deverá apresentar atestado emitido em seu nome, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado prestadora de serviço público, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros, em linhas urbanas, suburbanas, intermunicipais e/ou interestaduais, em quantidades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação.

21.4.1.1.1 - Considera(m)-se pertinente(s) e compatível(is) com o objeto da presente licitação o(s) serviço(s) anterior(es) que atenda(m) os seguintes quantitativos:

21.4.1.1.1.1 Totalizem frota atual (ou existente na data de assinatura do atestado), composta por veículos do tipo microônibus e/ou ônibus (enquadrado em qualquer das categorias descritas no Anexo II.5 deste

99

EDITAL), correspondente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do número de veículos da frota inicial prevista no presente EDITAL (Anexo II) para operação do lote onde proponha a LICITANTE; e,


21.4.1.1.1.2 – Totalizem uma quantidade média mensal de passageiros transportados (pagantes ou não), apurada em qualquer período contínuo de pelo menos 6 (seis) meses, de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do número de passageiros médios mensais estimados para o Lote onde concorra a LICITANTE, informados no Anexo II do presente EDITAL.

É fato inconteste que a empresa autora não preenche os requisitos acima transcritos, como se depreende da própria decisão agravada, *verbis*:

*"Quanto ao primeiro pedido, indefiro a liminar visando a continuidade da participação da autora na Concorrência nº 01/2011-ST, na modalidade Isolada/Individual, haja vista prova documental aceita por ela mesma como incontroversa, referente ao número médio de passageiros transportados no período de fevereiro a julho de 2011, pela autora – 1.421.988 – inferior a todos os números mínimos de passageiros exigidos pelo Anexo II, do Edital, para se concorrer nos lotes nºs 01,03 e 04, da Licitação em tela.*

*Demais, não pode agora, a autora, pretender somar número de ônibus e de passageiros transportados por outra empresa, mesmo do seu grupo econômico, para atingir aquela meta mínima.*

*Desse modo, não tem a autoria qualquer direito de concorrer de modo individual quando não atinge, também de forma Individual, o número mínimo de veículos e de passageiros transportados, como*

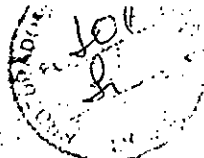
  
*determinada o Edital, vedada, nessa modalidade Isolada, a associação em consórcio, friso e repito, por expressa proibição editalícia contida nos itens 16.1 a 16.1.2 e suas alíneas."*

Não obstante essas judiciosas ponderações, a decisão agravada entendeu que se houve erro na emissão do Atestado de Capacidade Técnica da autora, que a teria induzido a participar de forma individual da licitação, deve ser reaberta a possibilidade de ingresso no certame de pessoa jurídica diversa – em forma de consórcio, a ser formada pela autora e outra empresa.

A premissa, contudo, é equivocada, pois a autora não foi induzida em erro em nenhum momento pela Administração Pública.

Na verdade, é evidente que a agravada sabia que o Atestado de Capacidade Técnica que foi emitido primeiramente continha erro material, pois é óbvio que a empresa tem conhecimento do quantitativo de passageiros transportados em determinado período.

Tão flagrante foi a disparidade dos dados com a realidade que o equívoco foi notado por outras licitantes que impugnaram o Atestado, já que as informações nele contidas estavam em desconformidade com os dados existentes no Sistema de Bilhetagem Eletrônica, ao qual todas as empresas operadoras tem acesso, inclusive a autora, logicamente.



Assim, a autora tinha conhecimento inequívoco de que o Atestado primeiramente emitido não correspondia à realidade do serviço por ela prestado e mesmo assim, quis se beneficiar do erro e decidiu por sua conta e risco participar sozinha da Licitação, mesmo tendo plena consciência de que não atendia aos requisitos do Edital.

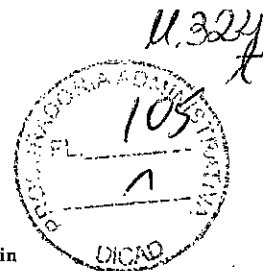
Diante dessa constatação, verifica-se que a empresa agravada pretende agora valer-se da própria torpeza para tumultuar o procedimento licitatório mais importante em andamento no Distrito Federal, buscando reabrir uma fase já encerrada do certame, o que de forma alguma pode ser tolerado pelo Poder Judiciário.

#### **5. MANIFESTA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, DA LIVRE CONCORRÊNCIA E DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO**

Como se viu, a decisão ora recorrida teve o condão de determinar ao Distrito Federal a reabertura de fase já encerrada da Concorrência para o recebimento de novos documentos exclusivamente da agravada, mas dessa feita em consórcio com a Viação Satélite Ltda. ou com outra empresa, a fim de que ela pudesse vir a participar do certame.

Ocorre, porém, que cumpre ao ente público recorrente contextualizar Vossas Excelências da fase em que se encontra o procedimento licitatório ora objeto de impugnação.

O certame em foco foi dividido em 5 lotes/bacias. A fase inicial foi a de recebimento dos documentos de habilitação de todos os licitantes e de indicação de quais os lotes/bacias as empresas



**Puppín**

Advogados Associados

André Puppín

Alexandre Spezia  
Luiz César Simões Cardoso  
Marcus Paulo Santiago T. Cunha  
Mariana Aires Coelho A. Dias  
Priscila Marangon  
Tathiana Passoni Reis

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.**

**Processo n. 2012.01.1.195297-2**

**VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, tempestivamente, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, com fulcro nos arts. 513 e seguintes do Código de Processo Civil, interpor o presente

**RECURSO DE APELAÇÃO**

**COM PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO**

contra a sentença de fls., publicada no dia 12/04/2013, proferida pelo MM. Juiz de Direito da 7ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal em desfavor do DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES), pessoa jurídica de direito público interno, representado ex lege pela Procuradoria do Distrito Federal, nos termos que se passa a apresentar.

Página 1 de 19

SHS Qd. 06 Lote 01  
Ed. Bussiness Center Park Brasil XXI  
Bl. E Sls. 1123/1125  
Brasília/DF CEP: 70.322.915

Tel./Fax: (61) 3225-5848  
www.puppín.adv.br





**DA TEMPESTIVIDADE**

Sobreleva destacar inicialmente que o presente feito é tempestivo, nos termos do art. 508 do CPC, isto porque a v. Sentença foi publicada no dia 04/02/2013 (segunda feira) foram opostos tempestivamente embargos de declaração, sendo que a sentença que julgou os aclaratórios foi publicada no dia 12/04/2013 (sexta feira) contando-se a partir do primeiro dia útil subsequente, sendo certo o dia 15/04/2013 (segunda feira), tendo como termo final o dia 29/04/2013 (segunda feira).

**DO EFEITO SUSPENSIVO**

Considerando o poder geral de cautela, o magistrado pode conceder ao recurso, independentemente de previsão legal, o efeito suspensivo, para a matéria ali discutida somente possa ser executada provisoriamente depois do pronunciamento colegiado do Tribunal, respeitando-se o duplo grau de jurisdição.

Em conformidade com o CPC (art. 518), o magistrado, ao receber o recurso, declarará os efeitos em que o recebe, sendo imperioso, no presente caso, que o recurso seja recebido no efeito devolutivo e suspensivo.

Assim, requer, nos termos do art. 520 do CPC, que o feito seja recebido no duplo efeito devolutivo e suspensivo, sob pena de enorme prejuízo para a Recorrente, bem como para a Administração Pública, que pode vir a ser condenada a *posteriori* ao pagamento integral das eventuais indenizações devidas à Recorrente.

À vista dos argumentos apresentados acima, bem como da documentação anexa, **REQUER SEJA O PRESENTE RECURSO RECEBIDO COM EFEITO SUSPENSIVO,**

11.326  
ht



**Puppin**  
Advogados Associados


em virtude de grave prejuízo a ser deflagrado para o ente público e, conseqüentemente, para a Apelante, caso a sentença venha a ser cumprida provisoriamente.

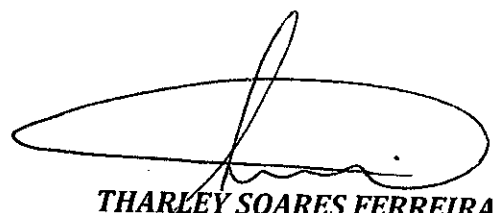
Requer, por oportuno, seja a Apelada intimada para, caso queira, apresentar contrarrazões ao presente recurso.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Brasília, 29 de abril de 2013.

  
**ANDRÉ PUPPIN MACEDO**  
**OAB/DF 12.004**

  
**THARLEY SOARES FERREIRA**  
**OAB/DF 36.374**

**RAZÕES DO RECURSO**

Recorrente:	VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA
Recorrido:	DISTRITO FEDERAL.
Proc. nº:	2012.01.1.195297-2

Egrégio Tribunal,

Colenda Turma,

Ínclitos Julgadores,

**SÍNTESE DOS FATOS**

Trata-se, em síntese, de Ação de Conhecimento movida em desfavor do Distrito Federal pretendendo a manutenção da ora Apelante na concorrência promovida pela Secretaria do Distrito Federal.

Foi deferida medida liminar pelo d. Juízo *a quo* para possibilitar que a ora Apelante reapresentasse seu documento de habilitação exercendo a faculdade de fazê-lo em consórcio, tendo em vista o manifesto erro da Secretaria de Transporte do Distrito Federal.

A decisão foi revogada pelo Juízo plantonista, ante o recurso de Agravo de Instrumento movido pelo Distrito Federal.

Sobreveio sentença declarando extinto o processo sem resolução de mérito, por entender em síntese que não havia mais o interesse processual, tendo em

11.323  
2



vista a reabertura do prazo para habilitação e julgamento das propostas referentes aos lotes 01, 03, 04.

Destarte, a r. sentença, *permissa venia*, merece ser reformada por esse Egrégio Tribunal de Justiça, nos termos do § 3º do art. 515 do CPC, posto que o feito foi extinto sem julgamento do mérito e a matéria é unicamente de direito, encontrando-se o feito maduro para julgamento.

***DAS RAZÕES QUE IMPOEM A REFORMA DA SENTENÇA  
DO INTERESSE DE AGIR***

Como visto, este d. Juízo extinguiu o processo sem julgamento de mérito, única e exclusivamente por entender que a reabertura da concorrência possibilitará novamente a participação da Apelante na concorrência dos lotes 01, 03 e 04.

Como amplamente sabido a SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL promove procedimento licitatório, na modalidade "Concorrência Pública" (Concorrência nº 1/2011-ST), do tipo "Menor Tarifa", para as concessões do transporte público do Distrito Federal para os próximos 10 (dez) anos, renováveis por mais 10 (dez) anos.

O Edital de Concorrência nº 01/2011 prevê a repartição das concessões em 05 (cinco) lotes, tendo por finalidade precípua a

*"...seleção de pessoas jurídicas ou consórcio(s) de pessoas jurídicas para a prestação e exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, em regime de concessão, nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei Distrital 4.011, de 12 de setembro de 2007 e das demais leis e decretos distritais correlatos..."*

11329  
7



Assim, por ser empresa especializada no transporte público e por prestar serviços à população do Distrito Federal desde 2006, a Agravante apresentou TEMPESTIVAMENTE seus envelopes de habilitação e proposta para os lotes 01, 03 e 04, contendo, por certo, TODOS os documentos exigidos pelo Edital.

Por intermédio de seu Diretor Geral e pelo Diretor Técnico do DFTrans a SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL certificou que a ora Apelante possuía a capacidade técnica exigida pelo Edital para a concorrência dos lotes 01, 03 e 04, mormente porque sua frota de ônibus era superior ao quantitativo exigido pelo Edital e que o número de passageiros transportados no intervalo de 06 (seis) meses ultrapassava o numerário exigido pelo Edital, sendo fornecidas as seguintes informações:

Tipo de veículos: ONIBUS ALONGADO
Quantidade de veículos: frota atual de 203 carros.
Passageiros transportados, média no período de FEV/11 A JUL/11: <u>1.793.500 passageiros/mês.</u>
Local: operação realizada em Brasília/DF.
Natureza: Sistema de Transporte Público Coletivo/DF
Serviço prestado: Serviço Básico do STPC/DF.
Período de prestação de serviço: opera desde 06 de fevereiro de 2006. (sem grifos no original)

Ou seja, a SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL promove o procedimento licitatório e ela mesma emitiu certidão conferindo capacidade técnica para a ora Apelante para a concorrência dos lotes 01, 03 e 04.

Dessa forma, após analisar o Atestado de Capacidade Técnica, emitido pela própria Secretaria de Transportes do Distrito Federal (DFTrans), que lhe dava plenas condições de participar da concorrência, a Apelante apresentou envelopes de habilitação



**Puppin**  
Advogados Associados

e proposta para os supramencionados Lotes (01, 03 e 04), isto porque as concorrentes deveriam possuir os seguintes números mínimos de veículos e passageiros:

**LOTE 01 = 166 VEÍCULOS e 1.777.103 PASSAGEIROS**

**LOTE 03 = 193 VEÍCULOS e 1.664.646 PASSAGEIROS**

**LOTE 04 = 185 VEÍCULOS e 1.707.876 PASSAGEIROS**

Ocorre, entretanto, que, após o resultado da fase habilitatória da concorrência, o DFTrans emitiu, de ofício, novo Atestado de Capacidade Técnica, retificando o número de passageiros transportados durante o período de fevereiro a julho de 2011, passando a constar as seguintes informações:

Tipo de veículos: ONIBUS ALONGADO

Quantidade de veículos: frota atual de 203 carros.

Passageiros transportados, média no período de FEV/11 A JUL/11: 1.421.988 passageiros/mês.

Local: operação realizada em Brasília/DF.

Natureza: Sistema de Transporte Público Coletivo/DF

Serviço prestado: Serviço Básico do STPC/DF.

Período de prestação de serviço: opera desde 06 de fevereiro de 2006. (sem grifos no original)

Fundado ÚNICA e EXCLUSIVAMENTE nesta alteração do número de passageiros transportados (de 1.793.500 para 1.421.988 passageiros/mês) a Apelante foi inabilitada da Concorrência pelo suposto descumprimento ao subitem 21.4.1.1.1.2 do Edital.



**Puppin**

Advogados Associados

O subitem 21.4.1.1.1.2 do Edital possui a seguinte exigência, *in verbis*:

21.4.1.1 - A LICITANTE deverá apresentar atestado emitido em seu nome, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado prestadora de serviço público, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros, em linhas urbanas, suburbanas, intermunicipais e/ou interestaduais, em quantidades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação.

21.4.1.1.1 - Considera(m)-se pertinente(s) e compatível(is) com o objeto da presente licitação o(s) serviço(s) anterior(es) que atenda(m) os seguintes quantitativos:

21.4.1.1.1.1 - Totalizem frota atual (ou existente na data de assinatura do atestado), composta por veículos do tipo microônibus e/ou ônibus (enquadrado em qualquer das categorias descritas no Anexo II.5 deste EDITAL), correspondente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do número de veículos da frota inicial prevista no presente EDITAL (Anexo II) para operação do lote onde proponha a LICITANTE; e,

21.4.1.1.1.2 - Totalizem uma quantidade média mensal de passageiros transportados (pagantes ou não), apurada em qualquer período contínuo de pelo menos 6 (seis) meses, de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do número de passageiros médios mensais estimados para o Lote onde concorra a LICITANTE, informados no Anexo II do presente EDITAL.

Note-se que, em virtude das informações equivocadas repassadas pela SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, esta empresa foi induzida em erro, uma vez que a quantidade mensal de passageiros apresentada era suficiente para a pretensão da licitante, ainda mais por se tratar de documento público, que possui presunção de veracidade, fé pública.



**Puppín**

Advogados Associados

Do contrário, ou seja, caso tivesse ciência do que depois se constatou, certamente teria somado forças (EM CONSÓRCIO) com outra empresa, e, por conseguinte atendido facilmente a requisição editalícia.

Todavia, em que pese a ampla alegação e efervescência processual travada para demonstrar a ilegalidade no ato de inabilitação da Apelante, tendo em vista que é lícito e justo a possibilidade da Apelante em, no mínimo, participar em pé de igualdade com os demais participante, já que estes tiveram a possibilidade de participar em consórcio com outras empresas, fato este que não ocorreu com a Apelante, a SECRERATIA REABRIU O PROCESSO DE HABILITAÇÃO.

Para agravar ainda mais a situação, o d. Juízo de piso proferiu a decisão ora guerreada e julgou extinto sem resolução de mérito, por entender que a reabertura da fase de habilitação faz perder o interesse da ora Apelante em ter a prestação jurisdicional.

**TODAVIA, ESSA DECISÃO CONFRONTA OS MAIS BASILARES PRINCÍPIOS, BEM COMO OS MAIS RECENTES PRECEDENTES DESTES EGRÉGIOS TRIBUNAL ASSIM COMO OS TRIBUNAIS SUPERIORES SENDO DEVIDA A ANÁLISE DA MATÉRIA MERITÓRIA, NOS TERMOS DO ART 515, 3º DO CPC.**

Com efeito, para constar, o Superior Tribunal de Justiça consolidou que “a homologação do resultado final de certame **não** enseja a perda de objeto de ‘writ’ que discute as fases anteriores de concurso público. Precedentes: RMS 33.294/GO, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 24.5.11; AGRESP 1.224.039/MS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 15.3.11; e RMS 32.101/DF, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 20.8.10.” (AGRMS 2011/0081874-6, Min. Humberto Martins, 2ª Turma, DJe 11.11.11).

E o e. Conselho Especial deste Tribunal, seguindo entendimento do e. STJ, tem decidido que não ocorre a perda superveniente do interesse de agir com a





**Puppin**  
Advogados Associados

homologação do resultado final do concurso, se está em discussão possível ilegalidade em fase do certame. Confira-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E MANUTENÇÃO. MUNICÍPIO DE MANAUS-AM. DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE EM RAZÃO DA NÃO APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO. PERDA DO INTERESSE DE AGIR EM RAZÃO DO CUMPRIMENTO DO SERVIÇO LICITADO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Conforme pacífico entendimento jurisprudencial do STJ, "a superveniente adjudicação não importa na perda de objeto do mandado de segurança, pois se o certame está eivado de nulidades, estas também contaminam a adjudicação e posterior celebração do contrato" (AgRg na SS 2.370/PE, Rel. Min. Ari Pargendler, Corte Especial, DJe 23.9.2011). No mesmo sentido: AgRg no AREsp 141.597/MA, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 31/10/2012; REsp 1.128.271/AM, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 25.11.2009; e REsp 1.059.501/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10.9.2009. 2. Agravo regimental não provido. (2010/0198192-6, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de julgamento: 12/03/2013, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/03/2013).

"ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARES: FALTA DE INTERESSE DE AGIR E INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. REJEIÇÃO. MÉRITO: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. PREVISÃO LEGAL. AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS NO EDITAL. NULIDADE. NOMEAÇÃO E POSSE. DESCABIMENTO.

1. Não há de se falar em falta do interesse de agir, em razão da homologação do resultado final do concurso público, se está sendo discutida possível ilegalidade em etapas do próprio certame.
2. Quando a matéria é eminentemente de direito e o conjunto de provas carreadas aos autos encontra-se suficientemente apto à análise do mérito, não há de se falar em inadequação da via eleita em sede de mandado de segurança.
3. (...).
5. Segurança concedida." (MSG 20100020128255, Rel. Des. Arnaldo Camanho de Assis, Conselho Especial, julgado em 3.5.11, DJ 1.6.11, p. 66);



**Puppín**

Advogados Associados

Notadamente a sentença tomou outros trilhos dos apresentados na lide e, mesmo sob o manto ordem pública, restou, *data maxima venia*, equivocada quanto aos fundamentos necessários e indispensáveis para o embasamento que impôs o fim da lide sem resolução do mérito.

Segundo Alexandre Câmara, seguindo orientação de Dinamarco, a utilidade do provimento jurisdicional, que caracteriza o interesse de agir, "é verificada pela presença de dois elementos, que fazem com que esse requisito do provimento final seja verdadeiro binômio: 'necessidade da tutela jurisdicional' e 'adequação do provimento pleiteado'. Fala-se assim em 'interesse-necessidade' e em 'interesse-adequação'." (in Lições de Direito Processual Civil, v. I, 11ª ed., Lumen Juris, p. 126).

Nem mesmo a adjudicação do objeto pretendido pode ser entrave ou mesmo tenha o condão de afastar o interesse de agir da Apelante, tampouco, a simples reabertura da concorrência.

Sobre o tema o Ilmo Min. Mauro Campbell Marques<sup>1</sup> assim falou no julgamento do REsp 105.9501/MG " *O mandado de segurança voltou-se contra ilegalidades que viciavam o edital do certame, motivo pelo qual superveniente adjudicação não dá ensejo à perda do objeto - pois é evidente que, se o procedimento licitatório é eivado de nulidades de pleno direito desde seu início, a adjudicação e a posterior celebração do contrato também o são (art. 49, § 6º, da Lei n. 8.666/93). 2. Entendimento diverso equivaleria a dizer que a própria convalidar administrativamente o procedimento, afastando-se a possibilidade de controle de arbitrariedades pelo Judiciário (malversação do art. 5º, inciso, XXXV, da Constituição da República vigente)"*

Se assim não o fosse, bastaria que após a prática de atos de ilegalidade o Órgão simplesmente adjudicasse às pressas a licitação.

<sup>1</sup> 2ª Turma, REsp 105.9501/MG, Rel.Min. Mauro Campbell Marques, DJe 10/09/2009.



**Puppín**  
Advogados Associados

A simples subsunção fática demonstra verdadeira a fragilidade dos argumentos tecidos na v. sentença, isto porque, se a Apelada reluta perante o judiciário para ser habilitada a concorrer os lotes 01, 03 e 04, e estes ainda estão totalmente disponíveis, não há se falar em perda superveniente do objeto, mostrando-se a ação com todas as suas condições para o julgamento da *lide*.

Não há como admitir que a prática de um ato – reabertura dos lotes 01, 03 e 04 - seja capaz de eliminar o vício na inabilitação da Apelante.

Marçal Justen Filho<sup>2</sup> afirma que *"O vício na licitação acarreta, em princípio, a invalidade de todos os atos posteriores, inclusive do contrato administrativo (se chegou a ser pactuado posteriormente), conforme dispõe o art. 49, §2º"*.

Assim, mesmo que se admita a suposta perda do objeto, esta se daria apenas para dois dos três lotes, não para sua integralidade, posto que o ato errôneo praticado pela Secretaria do Distrito Federal merece e deve ser apreciado pelo Poder Judiciário.

Nesse passo, tendo em vista a extinção do feito sem julgamento de mérito e a matéria ser unicamente de direito, requer, nos termos do art. 515, § 3º do CPC, o julgamento da *lide* por este Tribunal, reformando a sentença para declarar nulo o ato que inabilitou a Apelante da Concorrência 01/2011, declarando habilitada a Apelante e permitido sua participação nas fases ulteriores do certame, já que nem mesmo eventuais adjudicações prejudicam o direito da Apelante.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

A v. Sentença condenou a ora Apelante ao pagamento da quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) à título de pagamento de honorários advocatícios. Todavia, novamente não fundamentou as razões que ensejaram o valor arbitrado.

<sup>2</sup> Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª Ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 740.  
Página 12 de 19

Mostra-se patente que a Apelante jamais deu causa à presente demanda. O ato que ensejou a propositura da presente ação fundou-se única e exclusivamente por ato do próprio Distrito Federal que, por meio da Secretaria de Transporte Público do Distrito Federal, emitiu certidão com erro material, violando assim, o direito da Embargante em participara em consórcio com outra empresa.

Pelo princípio da causalidade, aquele que deu causa à propositura da ação deve responder pelas despesas daí decorrentes. Isso porque, às vezes, o princípio da sucumbência se mostra insatisfatório para a solução de algumas questões sobre responsabilidade pelas despesas do processo. Assim, quando não houver julgamento do mérito, para aplicar-se o princípio da causalidade na condenação da verba honorária acrescida de custas e demais despesas do processo, deve o juiz fazer exercício de raciocínio, perquirindo sobre quem perderia a demanda, se a ação fosse julgada pelo mérito. (precedentes deste Tribunal Acórdão nº 445316 - Ana Maria Duarte Amarante Brito (6ª Turma Cível - 01/09/2010) Acórdão nº 445886 - Carmelita Indiano A. do Brasil Dias (2ª Turma Cível - 01/09/2010) Acórdão nº 396326 - Dácio Vieira (5ª Turma Cível - 22/10/2009) Acórdão nº 435774 - Fernando Habibe (4ª Turma Cível - 21/07/2010) Acórdão nº 437370 - Flávio Renato Jaquet Rostirola (1ª Turma Cível - 04/08/2010) Acórdão nº 353267 - Humberto Adjuto Ulhôa (3ª Turma Cível - 22/04/2009)).

Aplica-se analogicamente o Informativo 502 do STJ que trouxe o seguinte julgado:

Ação cautelar. Perda de objeto. Honorários advocatícios.

Não é cabível a fixação de honorários advocatícios na hipótese em que reconhecida a perda do objeto do processo cautelar incidental, diante de sentença de mérito prolatada na demanda principal. O caráter incidental dos processos cautelares, na hipótese de julgamento prejudicado por perda de objeto, retira a incidência de condenação em honorários advocatícios, a despeito



**Puppin**

Advogados Associados

do princípio da causalidade. REsp 1.109.907-SC, Rel. Min. Massami Uyeda, julgado em 14/8/2012.

Sobre o assunto, merece destaque também os reiterados precedentes que em muito se amoldam ao caso em comento.

RECURSO. Extraordinário. **Inadmissibilidade. Sucumbência recíproca. Compensação de honorários advocatícios. Possibilidade. Precedente do STF. Agravo regimental a que se nega provimento. É possível a compensação dos honorários advocatícios quando, em consequência de julgamento de recurso, os litigantes são vencedores e vencidos na causa.** (RS , Relator: CEZAR PELUSO, Data de Julgamento: 21/04/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-088 DIVULG 15-05-2008 PUBLIC 16-05-2008 EMENT VOL-02319-06 PP-01247).

**Medida Cautelar de Exibição de Documentos. Ônus da sucumbência e honorários advocatícios. Princípio da causalidade. Hipótese em que a recusa de exibição extrajudicial dos documentos foi legítima. Dados de usuário protegidos por sigilo constitucionalmente assegurado. Empresa ré que não deu causa à ação. Ausência de vencedor e vencido. Afastamento da condenação em honorários e repartição das custas processuais.** Sentença reformada. Recurso provido. (SP 9150962-38.2007.8.26.0000, Relator: José Joaquim dos Santos, Data de Julgamento: 13/12/2011, 2ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/12/2011)

É também o entendimento mais balizado do STJ. Veja-se:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO QUE TINHA POR PRETENSÃO GARANTIR A PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CUMPRIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO PELA AUTORA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL DECLARADA PELA CORTE DE ORIGEM (ART. 267, VI, DO CPC). CONDENAÇÃO DA AUTORA EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA SUCUMBÊNCIA E DA CAUSALIDADE.**

Página 14 de 19

SHS Qd. 06 Lote 01  
Ed. Bussiness Center Park Brasil XXI  
Bl. E Sls. 1123/1125  
Brasília/DF CEP: 70.322.915

1el./Fax: (61) 3225-5848  
www.puppin.adv.br

4.331



**IMPOSSIBILIDADE DE SE AFERIR A EXISTÊNCIA DE VENCIDO E DE VENCEDOR OU DE QUEM DEU INJUSTA CAUSA À INSTAURAÇÃO DA DEMANDA.**

1. Hipótese em que a Corte de origem extinguiu o feito com fundamento no art. 267, VI, do CPC porque a controvérsia estava limitada à participação em procedimento de licitação, mas, por força de liminar, a autora prosseguiu no certame, sagrou-se vencedora e cumpriu o objeto do contrato, todavia foi condenada a pagar honorários advocatícios ao Estado de Minas Gerais. Daí o recurso especial no qual se questiona a quem compete a referida obrigação.
2. O princípio da sucumbência tem por pressuposto lógico, dentro da relação jurídico-processual, a observância clara e precisa de quem sagrou-se vencedor e quem foi vencido na demanda posta sob o exame do Poder Judiciário, o que denota um caráter objetivo - a derrota de uma das partes; todavia, ao ser aplicado pelo magistrado, não deixa de apresentar também um viés subjetivo, máxime quando há sucumbência recíproca. Tem-se, aqui, a incidência do axioma latino victus victori expensas condenatur, o que engloba, além das custas processuais, a obrigação do vencido de saldar o valor relativo aos honorários advocatícios do patrono do vencedor.
3. No caso dos autos, a Corte de origem extinguiu o feito sob o fundamento de que ocorrera a ausência de interesse processual do autor ante a perda superveniente do objeto da ação, caso que o princípio da sucumbência não abarca, pois não é possível observar quem foi o vencedor ou o vencido.
4. A exposição do interesse processual pelo autor na inicial pode não explicar a ocorrência de uma justa causa preexistente a respaldar o direito de ação. Sob esse aspecto, não se pode imputar ao réu a obrigação de saldar os honorários advocatícios do patrono daquele se, na declaração de perda superveniente do interesse na lide, não ficar evidenciado que o demandado ocasionou a relação jurídica processual de forma indevida, notadamente como no caso dos autos, em que a sentença julgou improcedente a ação. Diz-se isso porque o réu poderia ter razão em continuar resistindo, mas, por uma situação processual a qual ele não

11.340  
A



**Puppín**  
Advogados Associados

§ 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:

- a) o grau de zelo do profissional;
- b) o lugar de prestação do serviço;
- c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.

(...)

Dessa forma, a fixação do valor a título de honorários em R\$ 500,00 (quinhentos e cinquenta reais) afronta diretamente disposição legal, uma vez que não foi obedecido o dever de equidade que ora está contido no referido artigo.

### **DOS REQUERIMENTOS**

DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, delineados os fatos e suas consequências jurídicas requer-se a Vossas Excelências:

- I. Preliminarmente, seja reconhecida a NULIDADE PROCESSUAL, ante a ausência de prestação jurisdicional, nos termos da fundamentação acima apresentada, de forma que seja cassada a sentença;
- II. No mérito, requer seja CONHECIDO e PROVIDO O PRESENTE RECURSO DE APELAÇÃO, PARA, NOS TERMOS DO ART. 515, §3º, ESTE TRIBUNAL REFORME A SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO

Página 17 de 19

SHS Qd. 06 Lote 01  
Ed. Bussiness Center Park Brasil XXI  
Bl. E Sls. 1123/1125  
Brasília/DF CEP: 70.322.915

Tel./Fax: (61) 3225-5848  
www.puppín.adv.br



**Puppin**

Advogados Associados

MÉRITO E DECLARE NULO O ATO QUE INABILITOU A APELANTE PERMITINDO QUE ESTA PARTICIPE INDIVIDUALMENTE EM TODAS AS ETAPAS DA LICITAÇÃO OU ALTERNATIVAMENTE POSSIBILITE A PARTICIPAÇÃO DA APELANTE EM CONSÓRCIO COM OUTRA EMPRESA, NOS TERMOS DOS PEDIDOS CONTIDOS AS FLS 219/220;

III. QUE SEJA PROVIDO PARA CONDENAR A APELADA O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, CASO ASSIM NÃO SE ENTENDA, APENAS À TÍTULO DE ARGUMENTO, QUE SEJA CADA PARTE CONDENADA A ARCAR COM OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

REQUER, POR FIM, TODAS AS PUBLICAÇÕES SEJAM FEITAS EM NOME DO ADVOGADO ANDRÉ PUPPIN MACEDO - OAB/DF 12.004.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Brasília-DF, 29 de abril de 2013.

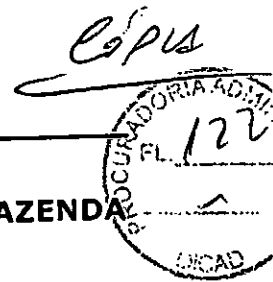
  
ANDRÉ PUPPIN MACEDO  
OAB/DF 12.004

  
THARLEY SOARES FERREIRA  
OAB/DF 36.374





**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.**

TJDFT - Circunscrição Judiciária de **BRASÍLIA**  
Comprovante de recebimento de Petição  
Número do Protocolo: **2013.01.004840483** Data e Hora: 28/06/2013 16:21  
Tipo de Peticionante: Réu  
Recebido em: Serviço de Protocolo Integrado - SERPRI  
Processo: 2012.01.1.195297-2 (Res.85 - CNJ: 0010277-36.2012.8.07.0018)



**REF.: PROCESSO N.º 2012.01.1.195297-2**  
**AUTOR: VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.**  
**RÉU: DISTRITO FEDERAL**

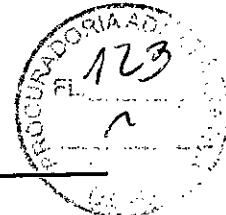
O **DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com domicílio já indicado na peça de ingresso, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, regularmente constituído por força de lei, respeitosamente, vem à presença de Vossa Excelência apresentar as suas

## **CONTRARRAZÕES**

ao Recurso de Apelação com pedido de efeito suspensivo, interposto pela parte autora com o intuito de reformar r. sentença de fls., fazendo-o nos termos dos argumentos fáticos e jurídicos aduzidos a seguir.

**EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR**  
**Procurador do Distrito Federal**

**OAB/DF 29.190**



## 1. DA BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

A empresa VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA ingressou com ação sob o rito ordinário com pedido de tutela antecipada com o objetivo de ser considerada habilitada na Concorrência Pública nº 01/2011-ST, que consiste no procedimento de licitação organizado para concessão da prestação e exploração do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

Esclarece que foi inabilitada no certame por descumprimento ao subitem 21.4.1.1.1.2 do Edital, por não ter apresentado atestado de capacidade técnica acerca da sua condição de prestadora de serviço público, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros.

Argumenta que apresentou Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela própria Secretaria de Transportes do Distrito Federal (em verdade pelo DFTRANS – operador do Sistema de Transportes), o qual, porém, foi objeto de impugnação por outras licitantes tendo em vista que, em relação ao número de passageiros transportados, **não coincidia com os dados apresentados no Sistema de Bilhetagem Eletrônica.**

Informa que, ao apreciar os recursos, as autoridades constataram que de fato o atestado continha erro material, o que motivou a expedição de novo atestado pelo DFTRANS, no qual foi reduzido o número de passageiros transportados de 1.793.500 para 1.421.988 passageiros/mês de fevereiro a julho de 2011.

Essa circunstância fez com que a empresa fosse inabilitada no certame, tendo em vista que o Atestado que corresponde aos dados reais do serviço de transporte prestado pela parte autora não atende aos números mínimos necessários para operar nos lotes em que intentou concorrer.

A empresa argumentou que foi induzida em erro pela própria



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Secretaria de Transportes, o que a fez crer que atendia os requisitos do Edital.

Alega que se tivesse ciência do empecilho teria somado forças com a Viação Satélite Ltda., que possui a mesma composição societária, para juntas, **em consórcio**, comprovarem capacidade técnica bastante para participarem do certame.

Diante desse quadro, requereu decisão judicial para considerá-la habilitada no certame, assegurando a abertura da sua proposta financeira em especial para o Lote 3.

Após emenda à inicial, requereu lhe fosse assegurada a possibilidade de participar da Concorrência "EM CONSÓRCIO COM OUTRA EMPRESA", sem especificar ou identificar a outra empresa participante, e autorizando que complementasse a documentação necessária à habilitação (fl. 220).

Foi deferida medida liminar no sentido em que pleiteado pela autora. Em face dessa decisão, o Distrito Federal interpôs recurso de agravo de instrumento, o qual teve o seu pedido de antecipação de tutela recursal deferido no sentido suspender os efeitos da decisão deste Eminentíssimo Juízo de primeiro grau.

Ao final de sua narrativa, a autora requereu a declaração de nulidade do ato que a inabilitou para o certame e, em consequência disso, também a declaração de que a autora encontra-se habilitada a participar do certame.

Sobreveio sentença que julgou extinto o processo sem resolução de mérito por falta de interesse de agir, já que a autora poderia participar dos Lotes 1, 3 e 4, independentemente do provimento jurisdicional, já que tais lotes teriam a sua fase de habilitação renovada.

Inconformada, a empresa autora opôs embargos de declaração alegando omissão e obscuridade no julgado. Como os declaratórios



**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**



opostos são manifesta tentativa de modificar o julgado, fez-se necessária a oitiva do Distrito Federal em sede de contrarrazões.

Diante disso, sobreveio sentença que negou provimento aos embargos, tendo em vista que o autor tentou se valer de meio aclaratório para ser ter revisão do julgado, o que se esbarrou na inadequação da via eleita.

Não contente com todo o desfecho, o autor apresentou Apelação com pedido de efeito suspensivo, para ver reformada a *sentença a quo*.

## **2. DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA**

### **2.1 Falta de Interesse de Agir.**

Não obstante seja certo que a referida sentença não merece reforma, cumpre ao Distrito Federal demonstrar que o seu provimento seria algo inatingível.

É que agiu com peculiar acerto este Eminentíssimo Juízo ao extinguir o processo sem resolução de mérito com base no art. 267, VI, do Código de Processo Civil, ante a falta de interesse de agir.

A demanda proposta pela parte autora não tem mais necessidade alguma. Isto porque, como bem exposto na peça de defesa do Distrito Federal, foram reabertas as fases de habilitação e julgamento das propostas referentes aos Lotes 01, 03 e 04.

Ora, se a própria parte autora afirma textualmente em sua peça de apelação que a sua intenção é concorrer para os lotes 01, 03 e 04, com a sua reabertura ela poderia fazer isso normalmente, independentemente de provimento jurisdicional.

Em outro dizer, a intervenção judicial no caso é totalmente inócua e absolutamente desnecessária, razão pela qual reafirma-se que agiu



com o costumeiro acerto este Nobre Magistrado ao julgar extinto o processo sem resolução de mérito.

Nessa perspectiva, o desprovimento da Apelação é medida que se impõe.

## 2.2 Induzimento ao erro. Não ocorrência.

Aduz o nobre apelante, que foi induzido ao erro, tendo em vista que o DFTrans retificou o numero de passageiros transportados durante o período de fevereiro de 2011 a julho de 2011, em razão do Atestado de Capacidade Técnica anteriormente disponibilizado.

Tais argumentos não podem prevalecer.

O que de fato ocorreu, foi a impugnação - por parte dos demais concorrentes - do Atestado Apresentado pela Apelante, com EVIDENTE erro material. Tal fato poderia ser facilmente verificado pela própria apelante - se realmente não foi - tendo em vista que os dados são disponibilizados no Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

Diante de tais informações equivocadas, o mais prudente seria se eximir de participar da licitação, pois as exigências mínimas do edital evidentemente devem ser preenchidas, e de fato não foram. Tal apresentação se deu por conta e risco da empresa Apelante, pois não é razoável se presumir que tamanha empresa não possui controle de seus passageiros, sendo tal erro material evidenciado com uma simples conferencia.

Ainda assim, a referida empresa Apelante, requer seja reformada a decisão para que em consórcio com outra(s) empresa(s) participe da licitação inicial. Tal argumento não merece reforma, pois mesmo ciente do erro material evidenciado no Atestado de Capacidade Técnica, a Apelante não se mostrou prudente naquela ocasião, quando sabendo do erro material poderia ela mesmo indicá-lo e promover o eventual consorcio.



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Diante desse quadro, o que fica claro é que com a reforma da decisão, os princípios da isonomia e da livre concorrência estarão sendo solenemente violados, pois, a apelante **não terá qualquer concorrente para o certame** e, já ciente dessa situação, poderá praticar o preço que melhor lhe convier.

Portanto, a arguição de induzimento ao erro, não passa de uma manobra com o fim de se tornar a única empresa a preencher os requisitos da licitação e eliminar toda a concorrência, ficando a seu critério, os valores das tarifas, o que é fato, se demonstraria como uma verdadeira afronta ao princípio do interesse público, uma vez que a empresa Apelante, não possui os requisitos mínimos exigidos pelo edital de licitação.

Por essas razões não merece reforma.

### 2.3 Honorários advocatícios.

No que diz respeito aos honorários advocatícios o valor fixado em R\$500,00 (quinhentos reais) pela referida sentença, também foi objeto da Apelação.

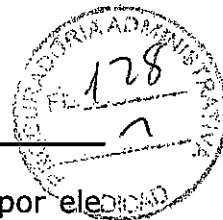
Diante disso, o Apelante, de forma equivocada argüi que a presente ação se fundou única exclusivamente por ato do Distrito Federal, que por meio da Secretaria do Transporte Público do Distrito Federal, emitiu certidão com erro material, violando assim, o direito da Apelante em participar em consórcio com outra empresa.

Ocorre que tal argumento não deve prevalecer, pois ao contrário do que alega, tal entrave judicial se deu pelo fato de a própria Apelante tentar se valer de sua própria torpeza, em se apegar a uma certidão com erro material facilmente verificável, para a sua incorreta habilitação em processo licitatório.

Mediante uma simples conferência com os dados do Sistema



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



de Bilhetagem Eletrônica, a Apelante poderia evitar todo o transtorno por ele causado, e ter se habilitado em consorcio com outra empresa e preenchido todos os requisitos necessários.

Portanto, por dar causa a lide, merece ser mantido os valores a titulo de honorários advocatícios em desfavor da Apelante, uma vez que com a nova abertura da licitação poderá apresentar toda a documentação necessária em consórcio com a empresa que achar prudente.

### 3. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Diante do exposto, o Distrito Federal requer e espera que, acaso seja reconhecido do recurso de apelação, **no mérito, lhe seja negado provimento**, na medida em que as razões recursais não merecem ser acolhidas, tudo por ser de direito e de lúdima Justiça.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 28 de junho de 2013.

  
EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

EXCELENTÍSSIMO SENHOR RELATOR DESEMBARGADOR  
FERNANDO HABIBE, DA 4ª TURMA CÍVEL DO TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

PROCESSO: 2012.01.1.195297-2 – AS 19815/12 – PROCAD/PGDF  
EMBARGANTE: DISTRITO FEDERAL  
EMBARGADA: VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA  
PET 009

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios  
4ª TURMA CÍVEL  
25/10/2013 12:11:05

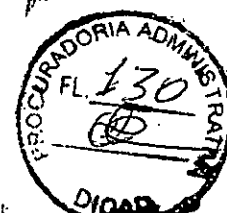
**9953**



O DISTRITO FEDERAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno já devidamente qualificada nos autos da Apelação em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio do Procurador do Distrito Federal que a esta subscreve, poderes *ex lege*, nos termos do art. 535 e seguintes do CPC, opor EMBARGOS DE DECLARAÇÃO aos termos do v. acórdão, por vislumbrar contradição/obscuridade, fazendo-o pelos seguintes fundamentos de fato e de direito.

O v. acórdão embargado foi disponibilizado no DJe de 15/10/2013 (terça-feira), propiciando o início do prazo recursal em 17/10/2013. Considerando a prerrogativa inserta no art. 188 do CPC c/c art. 536, também do CPC, têm-se como tempestivos os embargos aviados na data de hoje.

Ao inverter os ônus de sucumbência para condenar o Distrito Federal ao pagamento da quantia de R\$ 500,00 a título de honorários advocatícios, essa Egrégia Turma consignou que “aquele que deu causa à instauração do processo julgado sem exame de mérito deve arcar com toas as despesas” e que, na hipótese dos autos, “a reabertura do procedimento licitatório só ocorreu após o ajuizamento da presente demanda e que a falta de interesse de agir foi superveniente ao seu ajuizamento”.







PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

Entretanto, verifica-se que as referidas afirmações e, principalmente as conclusões do julgado, estão em contradição com os fundamentos precedentes do acórdão, circunstância esta apta a reclamar a integração do julgado ou, quando menos, a demonstrar a existência de obscuridade, senão vejamos.

Com efeito, o acórdão embargado registrou em seu primeiro capítulo que o pedido da Autora consistia na declaração de nulidade de ato da comissão de licitação para fins de manutenção da autora no certame e participação nas etapas subsequentes. E mais, consignou ainda que o edital foi reaberto porque a licitação originária contra a qual se insurgira a Autora restou deserta.

Mas não é só, extrai-se do acórdão embargado que o provimento liminar originalmente concedido à Autora foi cassado por esse Egrégio TJDFT em sede de Agravo de Instrumento, o que inclusive permitiu o prosseguimento da licitação que acabou culminando deserta.

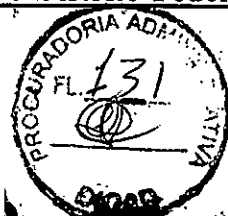
Noutras palavras, extrai-se das próprias premissas do acórdão embargado que não há fundamento jurídico suficiente para se afirmar que o Distrito Federal teria dado causa ao ajuizamento da ação, na medida em que a liminar foi cassada por esse egrégio TJDFT e não houve manifestação definitiva sobre o mérito, e tampouco que a perda de objeto tenha decorrido de conduta imputável ao Distrito Federal, tendo em vista que a reabertura do certame se deveu ao fato de a licitação originária ter restado deserta.

Em suma, as premissas consideradas são incompatíveis com as conclusões alcançadas, revelando verdadeira hipótese de contradição interna e/ou obscuridade aptas a autorizar o manejo dos embargos de declaração.

Nesse sentido, considerando que a tese inicial do Autor, ao menos em sede de exame perfunctório, foi rejeitada pelo Eg. TJDFT quando da apreciação do efeito suspensivo ao recurso de Agravo, não há como se referendar a assertiva de que o Distrito Federal teria dado causa ao ajuizamento da ação, na medida em que o ato impugnado encontrava-se correto. Portanto, correta a r. sentença ao atribuir ao Autor o ônus de sucumbência, tendo em vista que, em sede cautelar, a verossimilhança dos seus pedidos foi rechaçada pelo Eg. TJDFT.

Por outro lado, repita-se que a perda superveniente de interesse de agir e a reabertura do certame se deveu ao fato de a licitação originária ter restado deserta (sem proponentes), o que também não se encontra na esfera de responsabilidade do Distrito Federal.

Seja como for, a partir das próprias premissas consideradas no acórdão embargado, fato é que o Distrito Federal não pode





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

ser considerado como “causador” do ajuizamento da ação e tampouco responsável pela sua extinção sem julgamento de mérito.

Quando menos, nas hipóteses em que se torna impossível identificar a parte que teria dado causa à extinção do feito, não há que se falar em condenação ao pagamento de honorários, como se infere do seguinte julgado do C. STJ:

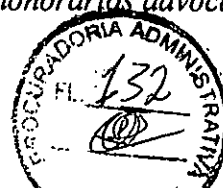
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO QUE TINHA POR PRETENSÃO GARANTIR A PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CUMPRIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO PELA AUTORA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL DECLARADA PELA CORTE DE ORIGEM (ART. 267, VI, DO CPC). CONDENAÇÃO DA AUTORA EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA SUCUMBÊNCIA E DA CAUSALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE SE AFERIR A EXISTÊNCIA DE VENCIDO E DE VENCEDOR OU DE QUEM DEU INJUSTA CAUSA À INSTAURAÇÃO DA DEMANDA.

1. Hipótese em que a Corte de origem extinguiu o feito com fundamento no art. 267, VI, do CPC porque a controvérsia estava limitada à participação em procedimento de licitação, mas, por força de liminar, a autora prosseguiu no certame, sagrou-se vencedora e cumpriu o objeto do contrato, todavia foi condenada a pagar honorários advocatícios ao Estado de Minas Gerais. Daí o recurso especial no qual se questiona a quem compete a referida obrigação.

2. O princípio da sucumbência tem por pressuposto lógico, dentro da relação jurídico-processual, a observância clara e precisa de quem sagrou-se vencedor e quem foi vencido na demanda posta sob o exame do Poder Judiciário, o que denota um caráter objetivo - a derrota de uma das partes; todavia, ao ser aplicado pelo magistrado, não deixa de apresentar também um viés subjetivo, máxime quando há sucumbência recíproca. Tem-se, aqui, a incidência do axioma latino *victus victori expensas condenatur*, o que engloba, além das custas processuais, a obrigação do vencido de saldar o valor relativo aos honorários advocatícios do patrono do vencedor.

3. No caso dos autos, a Corte de origem extinguiu o feito sob o fundamento de que ocorrera a ausência de interesse processual do autor ante a perda superveniente do objeto da ação, caso que o princípio da sucumbência não abarca, pois não é possível observar quem foi o vencedor ou o vencido.

4. A exposição do interesse processual pelo autor na inicial pode não explicar a ocorrência de uma justa causa preexistente a respaldar o direito de ação. Sob esse aspecto, não se pode imputar ao réu a obrigação de saldar os honorários advocatícios do patrono





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

daquele se, na declaração de perda superveniente do interesse na lide, não ficar evidenciado que o demandado ocasionou a relação jurídica processual de forma indevida, notadamente como no caso dos autos, em que a sentença julgou improcedente a ação. Diz-se isso porque o réu poderia ter razão em continuar resistindo, mas, por uma situação processual a qual ele não deu causa, acabou por não ter a chance de comprovar, ao final, que a pretensão era incabível ou improcedente.

5. Não se pode aferir do acórdão recorrido que o autor teria razão ao final ou, pelo menos, uma justa razão inicial para litigar; da mesma forma que ao réu não foi imputada a responsabilidade inicial de evitar a lide ou mesmo que dele decorreu algum comportamento voluntário que resultou na perda superveniente do interesse pela finalização do processo, com o julgamento do mérito.

6. A declaração da perda superveniente do interesse processual ou do objeto da ação desacompanhada de um critério empírico que avalie quem deu injusta causa à demanda não deixa margem à aplicação do princípio da causalidade porque a hipótese se afasta da observância do critério da evitabilidade da lide e do princípio da justiça distributiva.

7. Recurso especial parcialmente provido para afastar a condenação das partes em honorários advocatícios, divergindo do Sr. Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima.

(REsp 1134249/MG, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Relator(a) p/ Acórdão Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 02/02/2012)

Ante todo o exposto e ciente ainda dos acréscimos de Vossa Excelência, com amparo no art. 535 do CPC, o Distrito Federal requer e espera sejam conhecidos e providos os embargos de declaração para sanar o v. acórdão embargada, suprimindo-lhe a contradição/obscuridade, de modo a condenar o Autor ao pagamento dos honorários advocatícios em favor do Distrito Federal, ou, quando menos, reconhecer que na hipótese dos autos deve ser aplicada a orientação do STJ colacionada acima, de modo a não impor o pagamento de encargos de sucumbência a qualquer das partes, tudo por ser de direito e de lícita Justiça.

Termos em que espera deferimento.

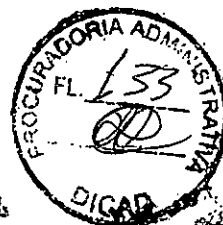
Brasília, DF, 23 de outubro de 2013.

GUSTAVO ASSIS DE OLIVEIRA

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF - 18.489

(em substituição temporária)





Órgão	4ª Turma Cível
Processo N.	Apelação Cível 20120111952972APC
Apelante(s)	VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA
Apelado(s)	DISTRITO FEDERAL
Relator	Desembargador CRUZ MACEDO
Revisor	Desembargador FERNANDO HABIBE
Acórdão Nº	720.118

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. LICITAÇÃO. SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. REABERTURA DO EDITAL APÓS O AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

1. A reabertura do edital de licitação impugnado por falta de proponentes habilitados, acarreta a perda superveniente do interesse de agir da parte autora, porquanto possibilitará sua participação no certame na modalidade que lhe aprouver, não subsistindo mais os motivos que ensejaram a propositura da demanda. Correta portanto, a sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VI, do CPC.

2. Considerando que a ausência de interesse de agir foi superveniente, em razão da reabertura do edital do procedimento licitatório ter ocorrido somente após o ajuizamento da presente demanda, deverá o réu arcar com o pagamento das verbas sucumbenciais, em respeito ao princípio da causalidade.

3. Recurso parcialmente provido.



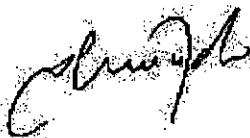
Código de Verificação:



## ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores da 4ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, CRUZ MACEDO - Relator, FERNANDO HABIBE - Revisor, ANTONINHO LOPES - Vogal, sob a Presidência do Senhor Desembargador CRUZ MACEDO, em proferir a seguinte decisão: **DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2013



Certificado nº: 44 36 13 0C  
07/10/2013 - 18:44

**Desembargador CRUZ MACEDO**  
Relator



Código de Verificação:

SZTT.2013.GXFC.HV5O.JWE2.WDI3SZTT.2013.GXFC.HV5O.JWE2.WDI3  
GABINETE DO DESEMBARGADOR CRUZ MACEDO



## RELATÓRIO

contra sentença proferida pelo douto Juízo da 7.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública (fls. 295/298) que, em sede de Ação Ordinária proposta em face do DISTRITO FEDERAL, julgou extinto o processo sem exame do mérito, por ausência de interesse de agir, com fundamento no artigo 267, inciso VI, do CPC e a condenou ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Insurge-se a apelante sob o fundamento de que a sentença vergastada, ao entender que a reabertura da fase de habilitação acarreta sua perda do interesse de agir, confronta os mais basilares princípios e precedentes jurisprudenciais, nos termos do artigo 515, §3.º do CPC.

Sustenta que: *"nem mesmo a adjudicação do objeto da licitação pode ser entrave ou mesmo tenha o condão de afastar o interesse de agir da apelante, tampouco a simples reabertura da concorrência"*, coligindo jurisprudência no sentido de sua pretensão.

Argumenta que a simples abertura dos lotes n.º 01, 03 e 04 não é capaz de eliminar o vício em sua inabilitação, ressaltando que a ação encontra-se em plenas condições de julgamento e que o ato errôneo praticado pela Secretaria do Distrito Federal merece e deve ser apreciado pelo Poder Judiciário.

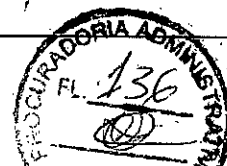
Aduz ser injusta sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios, por inobservância ao princípio da causalidade, considerando que a demanda fundou-se única e exclusivamente em ato do Distrito Federal, que, por meio de ato da Secretaria de Transporte Público, emitiu certidão eivada de erro material.

Requer a cassação da sentença, pelo reconhecimento da nulidade processual de negativa de prestação jurisdicional e julgamento do processo com resolução do mérito para declarar nulo o ato que a inabilitou para o procedimento licitatório, permitindo sua participação em todas as etapas subsequentes ou, alternativamente, sua participação em consórcio com outra



Código de Verificação:

SZTT.2013.GXFC.HV5O.JWE2.WDI3SZTT.2013.GXFC.HV5O.JWE2.WDI3  
GABINETE DO DESEMBARGADOR CRUZ MACEDO



empresa, condenando-se, por fim, o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Preparo regular à fl. 342.

Contrarrazões às fls. 347/353, pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

## VOTOS

### O Senhor Desembargador CRUZ MACEDO - Relator

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Em que pesem os argumentos expendidos, tenho que não assiste razão à apelante.

Conforme consta, a autora ingressou com a presente ação ordinária visando à anulação do ato da Secretaria de Transportes do Distrito Federal que a inabilitara para o procedimento licitatório, modalidade concorrência pública n.º 01/2011-ST, instaurado para a prestação e exploração de serviço básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, em regime de concessão, mais especificamente para os lotes n.º 01, 03 e 04, conforme edital de fls. 55/161.

Argumenta que fora induzida a erro, uma vez que, inicialmente, a Secretaria de Transportes havia emitido atestado de capacidade técnica onde constava como média de passageiros transportados do período de fevereiro a julho/2011 o número de 1.793.500 passageiros/mês (fl. 51) sendo que, após a impugnação de outras empresas licitantes e o resultado da fase habilitatória, o DFTrans lhe forneceu outro atestado constando o número de 1.421.988 passageiros/mês (fl. 195), ao argumento de que a quantidade informada no primeiro atestado continha erro material quando de sua digitação, pois "não



Código de Verificação:

SZTT.2013.GXFC.HV5O.JWE2.WDI3SZTT.2013.GXFC.HV5O.JWE2.WDI3

GABINETE DO DESEMBARGADOR CRUZ MACEDO

